

“Brasil não quer precipitar um acordo com os bancos credores”

por Jurema Baesse
de Brasília

“O Brasil está pronto para qualquer acordo com a comunidade financeira mundial, e assinará aquele que lhe for mais conveniente.” A declaração foi feita pelo presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, ao assinalar que o País está flexível na negociação com os bancos, não havendo ainda uma proposta fechada a ser apresentada.

A possibilidade de o Brasil assinar um acordo provisório, com duração de um ano — uma das opções, segundo Bracher — enquadra-se na nova postura do País em relação ao acerto externo. No entender do presidente do Banco Central, o acordo temporário é uma alternativa, assim como o acordo de renegociação plurianual. Não há pressa nem pressão para que o acordo seja fechado com rapidez, assinalou, e o fato de o Brasil pretender utilizar todo o primeiro semestre para a negociação — como já informou — faz parte da estratégia do governo brasileiro de não querer precipitar o acordo, e indica que “o País não está amarrado a prazos”.

Segundo o presidente do Banco Central, “só com o avanço das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é que as conversações com os bancos caminharão para o estabelecimento de acordos”. Informou que na viagem que fará a Nova York no final de novembro ou início de dezembro haverá troca de idéias com os banqueiros representados no comitê assessor da dívida. “Ainda não será a negociação do acordo”, ressaltou.

Bracher entende que a posição do Brasil é de tranquilidade com relação a este acerto externo, e por isso não há pressa. E por esta razão, também, o Brasil prefere não colocar na me-



Fernão Bracher

sa a sua estratégia de negociação, optando pela “estratégia do silêncio”. Para o presidente do Banco Central, “o País é um bom risco, e está cumprindo em dia os seus compromissos. Se o Brasil tem interesse no acordo, os bancos também têm”.

JUROS

A hipótese, segundo Bracher, de o País preferir um acordo de curto prazo pode estar vinculada à possibilidade de se ter uma nítida tendência de queda nas taxas de juros, e de melhoria geral das condições globais de negociação, o que indicaria “a conveniência de um acordo mais breve”.

Ao ser indagado se a ausência de um acordo plurianual não obrigaria o País a recorrer a constantes pedidos de prorrogação das linhas de curto prazo (US\$ 16 bilhões) — que vencem em janeiro —, Bracher replicou que, certamente, as prorrogações serão necessárias e, “se elas são traumáticas para o País, são também traumáticas para os banqueiros”.

Pelo entendimento do presidente do Banco Central, o Brasil está em condições de quase igualdade com os bancos. “O interesse é mútuo, e, se houver concessões, serão concessões mútuas”.